

GRUPO I – CLASSE II – 1ª CÂMARA

TC 019.679/2017-3

Natureza: Tomada de Contas Especial

Órgão/Entidade/Unidade: Município de Buriticupu/MA

Responsável: Antonio Marcos de Oliveira (CPF 026.901.601-53)

Representação legal: não consta

Sumário: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. RECURSOS DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE). OMISSÃO NO DEVER DE PRESTAR CONTAS. CITAÇÃO. REVELIA. CONTAS IRREGULARES. DÉBITO. MULTA.

RELATÓRIO

No âmbito da Secex/TO, foi elaborada a instrução à peça 17, reproduzida a seguir, a qual recebeu a aprovação daquela unidade técnica.

“INTRODUÇÃO

1. Cuidam os autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, em desfavor do Sr. Antonio Marcos de Oliveira, ex-prefeito do Município de Buriticupu/MA, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados à municipalidade, na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, no exercício de 2012.
2. O referido programa tem por objeto repassar recursos financeiros, em caráter suplementar, destinados à cobertura de despesas de custeio, manutenção e de pequenos investimentos, que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino, em conformidade com a Resolução/FNDE 7, de 12/4/2012.

HISTÓRICO

3. Para a execução do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, programa de ação continuada, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassou ao Município de Buriticupu/MA, no exercício de 2012, a importância de R\$ 233.259,64 conforme ordens bancárias relacionadas à peça 3, p. 8.
4. Esgotadas as medidas cabíveis para saneamento dos autos e ante as irregularidades circunstanciadas, o Tomador de Contas Especial (peça 3, p. 25-28) concluiu pela responsabilidade do Sr. Antonio Marcos de Oliveira (CPF: 026.901.601-53), ex-prefeito do Município de Buriticupu/MA (gestão: 2005-2012), pelo débito ali encontrado.
5. A Secretaria Federal de Controle Interno/CGU elaborou o Relatório de Auditoria 403/2017 (peça 2, p. 1-3), concluindo que o responsável ali mencionado, encontrava-se em débito com a Fazenda Nacional pelo valor total apurado.
6. Em cumprimento ao Despacho do Secretário da Secex/TO (peça 8), foram promovidas a citação e a audiência do Sr. Antonio Marcos de Oliveira, mediante Ofício 0883/2017-TCU/SECEX-TO, de 22/9/2017 e Ofício 1208/2017-TCU/SECEX-TO, de 4/12/2017 (peças 10 e 11), do qual tomou ciência, conforme Aviso de Recebimento (peça 13), tendo requerido prorrogação de prazo (peça 14), o qual foi concedido (peça 16), não tendo, porém, o mesmo apresentado suas alegações de defesa e, muito menos, recolhido aos cofres públicos as quantias que lhe são devidas.

EXAME TÉCNICO

7. A presente Tomada de Contas Especial foi instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados pelo FNDE, no âmbito do PDDE, exercício 2012, conforme Informação 1263/2016/SEOPC/COPRA/CGCAP/DIFIN-FNDE (peça 3, p. 21-22).
8. É cediço que a comprovação da boa e regular aplicação de bens e valores públicos é dever de todos aqueles a quem sejam confiados recursos federais, por força do disposto nos arts. 37, caput, e 70, parágrafo único, da Constituição da República de 1988 e do art. 93 do Decreto-lei n. 200/1967.
9. Ante o caráter indispensável da documentação em referência para demonstrar o nexo causal entre os recursos federais repassados e a despesa realizada, resta configurada ofensa às regras legais e princípios basilares da administração pública, uma vez que, em última análise, o gestor deixou de comprovar o efetivo emprego dos recursos postos sob sua responsabilidade em benefício da sociedade.
10. Esse quadro autoriza a presunção legal de dano ao erário, conforme entendimento uniforme da jurisprudência desta Corte de Contas (Acórdãos 161/2015 – 2ª Câmara - Relator Marcos Bemquerer; 3683/2014 – TCU – 2ª Câmara - Relatora Ana Arraes; 1199/2014 – TCU – Plenário - Relator André de Carvalho); 1413/2014 – TCU – 2ª – Câmara - Relatora Ana Arraes e 375/2014 – TCU – 2ª Câmara - Relator: André de Carvalho.
11. Consoante informação constante do item 6 acima, o responsável foi notificado da respectiva citação, tendo dela tomado ciência, prova disso é que, mediante procurador devidamente habilitado (peça 15) requereu prorrogação de prazo para defesa, sem, contudo, apresentar suas alegações de defesa e/ou, muito menos, recolher aos cofres públicos federais as quantias que lhe foram imputadas, devendo, por isso mesmo, ser considerado revel por este Tribunal, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei n. 8.443/92.
12. Resta comprovado, conforme o Relatório do Tomador de Contas Especial (peça 3, p. 25-28) e o Relatório de Auditoria n. 403/2017 (peça 2, p. 1-3), que as irregularidades praticadas na aplicação dos recursos em questão cabem ao responsável em epígrafe, conforme citação promovida por esta Secretaria.
13. Considerando que, regularmente citado, o responsável não compareceu aos autos, operam-se os efeitos da revelia, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992.
14. O efeito da revelia não se restringe ao prosseguimento dos atos processuais, como erroneamente se pode inferir do teor do mencionado dispositivo legal, vez que esse seguimento constitui decorrência lógica na estipulação legal dos prazos para que as partes produzam os atos de seu interesse. O próprio dispositivo legal citado vai mais além ao dizer que o seguimento dos atos, uma vez configurada a revelia, se dará para todos os efeitos, inclusive para o julgamento pela irregularidade das contas, como se pode facilmente deduzir.
15. Nos processos do TCU, a revelia não leva à presunção de que seriam verdadeiras todas as imputações levantadas contra os responsáveis, diferentemente do que ocorre no processo civil, em que a revelia do réu opera a presunção da verdade dos fatos narrados pelo autor. Dessa forma, a avaliação da responsabilidade do agente não pode prescindir da prova existente no processo ou para ele carreada.
16. Ao não apresentar suas defesas, o responsável deixou de produzir prova da regular aplicação dos recursos sob sua responsabilidade, em afronta às normas que impõem aos gestores públicos a obrigação legal de, sempre que demandados pelos órgãos de controle, apresentar os documentos que demonstrem a correta utilização das verbas públicas, a exemplo do contido no art.

93 do Decreto-Lei 200/67: 'Quem quer que utilize dinheiros públicos terá de justificar seu bom e regular emprego na conformidade das leis, regulamentos e normas emanadas das autoridades administrativas competentes.'

17. Configurada sua revelia frente à citação deste Tribunal e inexistindo comprovação da boa e regular aplicação dos recursos transferidos, não resta alternativa senão dar seguimento ao processo proferindo julgamento sobre os elementos até aqui presentes, que conduzem à irregularidade de suas contas.

18. No tocante à aferição quanto à ocorrência de boa-fé na conduta do responsável, conforme determina o § 2º do art. 202 do Regimento Interno do TCU, em se tratando de processo em que as partes interessadas não se manifestaram acerca das irregularidades imputadas, não há elementos para que se possa efetivamente reconhecê-la, podendo este Tribunal, desde logo, proferir o julgamento de mérito pela irregularidade das contas, nos termos do § 6º do mesmo artigo do normativo citado (Acórdãos 2.064/2011-TCU-1ª Câmara - Relator Ubiratan Aguiar; 6.182/2011-TCU-1ª Câmara - Relator Weber de Oliveira); 4.072/2010-TCU-1ª Câmara - Relator Valmir Campelo) e 1.189/2009-TCU-1ª Câmara- Relator Marcos Bemquerer.

Prescrição da pretensão punitiva

19. Com relação à ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, ou seja da punibilidade do gestor faltoso, na dimensão sancionatória, que quer dizer, a aplicação da multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, e demais sanções prevista na lei, este Tribunal aprovou por meio do Acórdão 1441/2016 – Plenário, de Relatoria do Ministro Benjamin Zymler, incidente de uniformização de jurisprudência em que firma o entendimento de que a matéria se subordina ao prazo prescricional de dez anos indicado no art. 205 do Código Civil, contado a partir da data de ocorrência da irregularidade a ser sancionada.

20. Ainda segundo aquele acórdão, o ato que ordenar a citação, a audiência ou oitiva da parte interrompe a prescrição de que trata o item acima, nos termos do art. 202, inciso I, do Código Civil; e que, a prescrição interrompida recomeça a correr da data em que for ordenada a citação, a audiência ou oitiva da parte, nos termos do art. 202, parágrafo único, parte inicial, do Código Civil.

21. No presente caso, o ato irregular foi praticado no exercício de 2012 e 2013, quando deveria ter sido apresentada a devida prestação de contas, e o ato que ordenou a citação do responsável ocorreu em 22/9/2017 (peça 8), Despacho do Secretário, antes, portanto, do transcurso de 10 anos entre esse ato e os fatos impugnados.

22. Portanto, o lapso de tempo entre as ocorrências irregulares e o ato que interrompeu o prazo prescricional é inferior ao prazo geral de prescrição de dez anos estipulado no art. 205 da Lei 10.406/2002, bem como no referido decisum, inexistindo, no presente processo, óbice ao exercício da ação punitiva por parte deste Tribunal.

CONCLUSÃO

23. Diante da revelia do Sr. Antonio Marcos de Oliveira e inexistindo nos autos elementos que permitam concluir pela ocorrência de boa-fé ou de outros excludentes de culpabilidade em sua conduta, propõe-se que suas contas sejam julgadas irregulares e que o responsável seja condenado em débito, bem como que lhe seja aplicada a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

24. Diante do exposto, submetemos os autos à consideração superior, propondo:

a) considerar revel o Sr. Antonio Marcos de Oliveira (CPF: 026.901.601-53), para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei n. 8.443/92;

b) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas ‘a’ e ‘c’, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, julgar irregulares as contas do Sr. Antonio Marcos de Oliveira (CPF: 026.901.601-53), ex-prefeito do Município de Buriticupu/MA condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea ‘a’, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor (R\$)
03/5/2012	198.466,90
08/5/2012	17.887,80
31/10/2012	16.904,94
TOTAL	233.259,64

c) aplicar ao Sr. Antonio Marcos de Oliveira – CPF 026.901.601-53 a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea ‘a’, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

d) autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

e) autorizar, desde que solicitado pelo responsável, o pagamento das dívidas acima em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, na forma prevista na legislação em vigor;

f) dar ciência da presente deliberação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), bem como à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para as providências que considerar cabíveis.”

2. O MP/TCU, representado pelo Procurador Júlio Marcelo de Oliveira, manifesta-se, em parecer à peça 19, de acordo com a proposta da unidade técnica.

É o relatório.